



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

**PROCESSO DE INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA
INTELECTUAL EM UMA ESCOLA REGULAR DO MUNICÍPIO DE PORTO
ACRE – AC**

MARIANA LIMA DE ALBUQUERQUE

BRASÍLIA-DF

2015



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

MARIANA LIMA DE ALBUQUERQUE

**PROCESSO DE INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA
INTELECTUAL EM UMA ESCOLA REGULAR DO MUNICÍPIO DE PORTO
ACRE – AC**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientador (a): Profa. MSc. Cléia Alves Nogueira

BRASÍLIA

2015

TERMO DE APROVAÇÃO

MARIANA LIMA DE ALBUQUERQUE

PROCESSO DE INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL EM UMA ESCOLA REGULAR DO MUNICÍPIO DE PORTO ACRE – AC

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em 28/11/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

CLÉIA ALVES NOGUEIRA (Orientadora)

FRANCIENE SOARES B. DE ANDRADE (Examinadora)

MARIANA LIMA DE ALBUQUERQUE (Cursista)

BRASÍLIA

2015

DEDICATÓRIA

Primeiramente a Deus, ao meu esposo e aos meus familiares. A minha mãe que sempre me apoiou e esteve ao meu lado, me incentivando a prosseguir nesta jornada. A ela que renunciou os seus sonhos para que eu pudesse realizar os meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por sempre está comigo me dando força para nunca desisti dos meus sonhos;

Agradeço a minha mãe Marilza por está ao meu lado, apoiando e ajudando em mais esta jornada da minha vida, a minha irmã Marcela, meu sobrinho Kayk e principalmente o meu esposo João Paulo pela força dispensada e compreensão nas horas que eu não pude estar ao seu lado;

Agradeço a minha orientadora Cleia Alves Nogueira pelas orientações nos períodos que necessitei e pela sua paciência e também ao meu Tutor presencial José Ferreira da Silva. Gostaria de agradecer também a professora de Língua Portuguesa Adriana Rocha Ribeiro Araújo pela ajuda dada neste momento que mais necessitei;

Agradeço a minha amiga Fabíola Silva de Freitas pela sua amizade e seu companheirismo nesta jornada que enfrentamos juntas.

RESUMO

O presente estudo consiste em uma pesquisa qualitativa. Objetivou analisar o processo de inclusão da pessoa com deficiência intelectual no ensino regular, suas principais dificuldades, a proposta de trabalho da escola, os desafios do processo de inclusão e verificar como está sendo a capacitação dos professores no município. O referencial teórico está baseado nos autores Prioste (2006); Raiça (2006), Machado (2006), Souza (2007); bem como nas leis Declaração de Salamanca (1994), Constituição Federal (1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) e entre outros. A pesquisa foi com 04 professores e 07 alunos com deficiência intelectual, através de aplicação de questionários. Na análise de dados optou-se pela divisão de categorias, tendo como base os objetivos específicos do projeto. Fazem parte das categorias: o professor e sua formação para o processo de inclusão escolar, a inclusão de pessoas com deficiência intelectual e as percepções dos professores, adaptação da escola, capacitação dos professores, iniciativas para processo de inclusão e as dificuldades dos alunos com DI incluídos no ensino regular. Podemos dizer que os resultados da pesquisa tiveram de forma positiva seus objetivos alcançados, levando a pensar que o processo de inclusão da criança com deficiência intelectual no ensino regular vem a cada dia sendo mais valorizado no recinto escolar, não deixando de considerar que a capacitação dos professores ainda deixa a desejar, mas que os próprios profissionais vêm buscando a sua qualificação para atender os alunos com deficiência intelectual dentro de sala de aula. Esta pesquisa serviu para que o processo de inclusão fosse repensado por todos os envolvidos no processo inclusivo, trazendo uma reflexão mais complexa onde traz a esperança de um novo processo de transformação.

Palavras-chave: Deficiência Intelectual. Educação Inclusiva, Professor. Aluno.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	8
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
2.1 Histórico da exclusão	11
2.2 O ideal das leis	17
2.3 Característica da pessoa com deficiência intelectual.....	25
2.4 A Formação de Professores.....	29
2.5 O Processo de Inclusão da criança com Deficiência Intelectual nas Escolas Regulares.....	31
3 OBJETIVOS	34
3.1 Geral.....	34
3.2 Objetivos Específicos:.....	34
4 METODOLOGIA	35
4.1 Contexto	35
4.2 Participantes	35
4.3 Instrumentos	35
4.4 Procedimentos	36
4.5 Análises dos Dados	36
5. ANÁLISE E DISCURSÃO DE DADOS: AS PRINCIPAIS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS PROFESSORES E ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO PROCESSO DE INCLUSÃO.....	37
5.1 O Professor Docente e o Processo de Inclusão	37
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
7. REFERÊNCIAS	47
APÊNDICES.....	49
APÊNDICE A – Questionário de Pesquisa para Professores.....	49
APÊNDICE B - Questionários para os Alunos com Deficiência Intelectual Incluídos no Ensino Regular	51
ANEXOS.....	52
ANEXO A - Aceite Institucional	52
ANEXO B – Carta de Apresentação	53
ANEXO C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Pais ou Responsáveis).....	54
ANEXO D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Professor).....	55

1. APRESENTAÇÃO

A escolha do tema deu-se durante o meu período de faculdade, em que os professores faziam diversas indagações sobre o assunto, após esse período estagiei dois anos na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais no município de Rio Branco - AC, onde me trouxe mais interesse pelo assunto, já que eu estava vivenciando esse processo de inclusão na instituição. Depois desse período, eu fiquei muito interessada no tema. Assim por este motivo, em 2009, utilizei o assunto para a minha defesa de graduação em Bacharel em Serviço Social pela Faculdade da Amazônia Ocidental – FAAO. Em 2012, entrei para o mercado de trabalho já como assistente social, no CRAS – Centro de Referência em Assistência Social do município de Porto Acre – AC, por meio de um contrato provisório de nove meses. Já no ano de 2014 voltei para APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. Meu encantamento com o processo inclusivo, promovido ficou mais profundo, provocando meu interesse pelo curso de especialização pela Unb. Nele passei a ver que era realmente isto que queria para a minha vida profissional, o processo de inclusão é a área que pretendo trabalhar, pois me faz ver o potencial dessas pessoas que estão incluídas na escola; em muitos casos, eles acabam tornando-se grandes profissionais quando lhes é dada a oportunidade inclusiva, provando as limitações não são nada em meio à vontade de vencer os obstáculos da vida.

Por esse motivo, a escolha por trabalhar esse assunto tem como objetivo geral analisar o processo de inclusão da pessoa com deficiência intelectual, tendo como objetivos específicos identificar as dificuldades enfrentadas pelos alunos no processo de inclusão, verificar se a proposta de trabalho da escola corresponde os princípios inclusivos, analisar como está sendo os processos de capacitação dos professores e por fim verificar os desafios dos professores no processo de inclusão. A pesquisa foi realizada em uma escola pública regular do município de Porto Acre – AC, onde ocorre o processo de inclusão. Nela participaram 4 professores, sendo que 1 professor é da sala de AEE e 7 alunos com deficiência intelectual incluído no ensino regular. Tivemos como instrumento a aplicação de questionários. A análise de dados se deu por categorias que foram criadas por meio dos dados coletados e tendo como base os objetivos específicos. Fazem parte das categorias: o professor e sua formação para o processo de inclusão escolar, a inclusão de pessoas com Deficiência Intelectual e as percepções dos professores, adaptação da escola, capacitação dos professores, iniciativas para processo de inclusão e as dificuldades dos alunos com DI incluídos no ensino regular.

Há muitos anos, a pessoa com deficiência intelectual vem passando por várias situações no seu meio social, mediante a essas mudanças à sociedade vem sofrendo algumas alterações no meio em que vive. Antes a pessoa com deficiência intelectual frequentava somente a escola especial como um refúgio da sociedade, agora ele precisa estar na escola regular juntamente com as pessoas sem deficiência, e isto vem causando discussões e questionamentos.

Consciente de que a inclusão é necessária para todos, grande parte dos profissionais educacionais estão procurando uma forma de capacitação para o acolhimento da criança com deficiência intelectual, mas boa parte dos profissionais da educação está trabalhando com a inclusão sem um preparo. Algum desta temática deu-se a escolha do tema, pois sabemos que a lei deve ser cumprida, mas as adversidades existem e com elas as consequências tanto no recinto escolar em meio aos profissionais como na vida da criança incluída no ensino regular.

A educação inclusiva vem gerando posições diversas entre os educadores, fazendo com que o processo torne-se mais complicado para ambos os lados. Incluir a pessoa com deficiência intelectual de forma correta é um desafio para os professores que por muitas vezes não estão capacitados e sem nenhum apoio educacional. A necessidade educacional que mais causa discussão é a deficiência intelectual, porque sabemos que é a mais comum e que precisa de atenção redobrada do profissional.

Sabemos que neste momento de transformação da educação as leis são fundamentais para que o trabalho tenha seus fundamentos e para que tudo possa ser validado em todo o recinto escolar, pois a forma que a escola vem trabalhando a inclusão pode ser um momento decisivo na escolha do processo inclusivo no meio familiar e na vida da pessoa com deficiência intelectual.

Acredito que todo profissional quando comprometido com a educação inclusiva irá buscar mecanismos para que o aluno com deficiência intelectual seja incluído não só no meio escolar, mas também seja incluído na sociedade, tendo a oportunidade de ter voz ativa e expor as suas opiniões sobre diversos assuntos.

A partir desta apresentação e para compreender o processo de inclusão, organizamos este trabalho do seguinte modo:

No primeiro momento – **Referencial Teórico** - o histórico da exclusão, o ideal das leis, a característica da pessoa com deficiência intelectual, a formação de professores e por fim o processo de inclusão da criança com deficiência intelectual nas escolas regulares.

No segundo momento – **Objetivos** - trataremos dos objetivos deste estudo e detalharemos os específicos de modo a tornar claro o foco desta pesquisa.

No terceiro momento – **Metodologia** – abordaremos o caminho realizado para coleta de dados, contexto da pesquisa, participantes e modos de coleta e análise dos dados.

No quarto momento – **Resultados e Discussão dos Resultados** – serão apresentados os dados, organizados por categorias, mediante reflexões com os autores abordados no referencial teórico deste trabalho.

No quinto momento – **Considerações Finais** – Abordamos as reflexões obtidas com a análise dos dados coletados e indicamos contribuições para trabalhos futuros.

A organização do trabalho objetiva tornar a leitura clara para o leitor que se predispõe a obter mais conhecimento sobre o processo de inclusão dos alunos com deficiência intelectual em uma escola regular de Rio Branco - Acre.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Daremos início a este trabalho abordando o processo histórico da exclusão, mostrando todas as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência no decorrer dos anos. O sofrimento das pessoas que nasciam com algum tipo de deficiência era evidente na sociedade, não eram consideradas pessoas dignas dos seus direitos como cidadãos, dependendo da época histórica ou da etnia muitos eram mortos.

Falaremos também da luta pela cidadania que consagrou grandes nomes da história da inclusão, como Banks, que são reverenciados e respeitados pelas suas conquistas.

Destacaremos o século XX como o surgimento das escolas especiais. Escolas que se tornaram um refúgio de inclusão tanto para pessoa com deficiência quanto para a família. Assim, passaram dar o suporte que há muito tempo era necessário, como é o caso dos atendimentos especializados e atendimentos multidisciplinares.

Alguns anos depois um novo processo inclusivo de ensino foi inserido na sociedade. A nova proposta estava voltada as escolas regulares e aos novos desafios destinados tanto às pessoas com necessidades educacionais especiais quando à própria comunidade escolar regular. Neste momento toda a sociedade passou por um período de transformação, já que tanto os profissionais como as escolas em geral tiveram que se adaptar a este novo processo de inclusão.

2.1 Histórico da exclusão

Há muitas décadas a inclusão vem sendo trabalhada no recinto escolar e na sociedade em um todo. Em meio a tantos questionamentos no processo inclusivo podemos falar que houve muitos avanços, que apesar de desafiador, são eles que mudam a realidade desse mesmo.

A educação inclusiva vem gerando idéias contraditórias no meio escolar, já que grande parte dos profissionais tem um olhar diferenciado. Sabemos que não é de hoje está luta por uma inclusão adequada e de qualidade. Será sobre este histórico que iremos falar neste capítulo.

Segundo Áries (1975), na antiguidade a criança que nascia com deficiência mental era morta, e este feito era considerado normal pela sociedade. As crianças que não eram mortas acabavam sendo excluída da sociedade, vivendo em extremo abandono. Na Idade Média as

crianças que eram indesejáveis ficavam a cargo da caridade cristã. A igreja passou a cuidar das crianças com deficiência. Neste mesmo período a deficiência intelectual passa a ser um objeto de estudo da medicina.

Postel (1987) relata que no início da Idade Moderna com o avanço da ciência as internações em hospitais gerais e sanatório foram soluções encontradas diante do contingente humano que perturbava a nova ordem social, no entanto as crianças que possuíam algum tipo de deficiência passaram a ser objeto de estudo e a serem acolhidas em hospitais e sanatórios.

Neste mesmo período os médicos deram início aos processos de pesquisa para identificar as possibilidades de educar uma criança com esse tipo de deficiência. Mesmo enfrentando grandes repressões da sociedade que não acreditavam na transformação da deficiência intelectual.

O autor Banks-Leite (2001), nos relata que o médico francês Jean Itard, o mesmo criador do menino selvagem de Aveyron (Menino Lobo), foi um dos especialistas que resolveu enfrentar a sociedade e mostrar que a pessoa com necessidades educacionais especiais podia ter uma vida normal com qualquer outra criança.

Esse especialista deu surgimento à primeira tentativa de modificar o potencial cognitivo e a reabilitação de uma criança considerada diferente. Com o passar dos anos o médico Itard passou a ser referência para o surgimento de matérias e técnicas que até hoje são usadas na educação da pessoa com deficiência.

Podemos falar que de acordo com a história que foi relatada, os médicos foram os primeiros a despertar para a necessidade de escolarização de indivíduos com deficiência que se encontravam misturados na população dos hospitais psiquiátricos, sem distinção de idade, principalmente as pessoas com deficiência intelectual.

Segundo Souza (2007) com o início da transição para o Estado de direitos fundamentais, marcou o período de igualdade de direitos e de oportunidade. Na época foi observado que não bastava apenas a garantia dos direitos fundamentais, mas tinha que ter a presença do estado para promover a igualdade de direitos e de oportunidade para todos, sem distinção de cor ou raça. Concomitantemente o estado de direito passou a ser de integração, em que o indivíduo prepara a pessoa com deficiência para ser integrado à sociedade como um todo.

Ainda segundo a autora, o estado de inclusão assim chamado por ela registra uma política de construção, definido como um processo sócio-cognitivo. O estado exige a motivação da pessoa com deficiência para que ela possa adquirir novas informações e tenha um novo olhar sobre o processo de inclusão.

Até alguns anos atrás a educação tinha o seu contexto muito claro, as pessoas com deficiência eram atendidas em escolas especiais e as crianças sem deficiência eram atendidas nas escolares regulares, mas este contexto aos poucos vem sendo mudado e ganhando uma nova forma.

Segundo Jiménez (1993, p.17) “no final do século XVIII e início do século XIX, inicia-se em alguns países o período da institucionalização especializada das pessoas com deficiências, e a partir daí surge a Educação Especial”. Desencadeou-se assim, uma tomada de consciência sob a necessidade de atendê-las mais com caráter assistencial que educativo. A assistência era proporcionada em centros, nos quais elas eram atendidas e assim a sociedade era protegida do contato com as mesmas.

Com isso se inicia o período de segregação, segundo Correia (1997, p.17) este período consiste:

[...] se criaram as escolas especiais, nos quais a política era separar e isolar as crianças de grupos majoritários da sociedade, tentando evidenciar um empenho na resolução de problemas.

Segundo Bueno (1993) no Brasil até a década de 50 não se falava em educação especial, mas de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais - ANEE. Na década de 70 a educação especial passou por algumas mudanças na instalação do subsistema educacional, instalações públicas e privadas de atendimento dos ANEE e a criação de órgãos federais e estaduais. Simultaneamente, criaram-se as classes especiais, e com elas a classificação de deficientes mentais. Houve também a preocupação em institucionalizar a Educação Especial e a preocupação em garantir o acesso à escola para os alunos com deficiência.

Segundo Souza (2007), o atendimento educacional das instituições voltado para a pessoa com deficiência no Brasil deu-se início no Antigo Império (1854) onde eram inspiradas nas políticas da Europa e dos Estados Unidos. A primeira instituição pública brasileira foi o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, hoje chamado de Instituto Benjamin Constant (IBC). A segunda instituição foi o Instituto Nacional dos Surdos, hoje é conhecido como Instituto Nacional, de Educação de Surdos (INES).

No ano de 1974 foi criado o Hospital Estadual de Salvador, seu atendimento era voltado para a pessoa com deficiência mental, hoje conhecido como Hospital Juliano Moreira. Surgiram muitas instituições Pestalozzi e as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE’s.

Em meados dos anos 80, surge à integração educativa que tinha como tese defender o ensino das crianças e jovens com dificuldades especiais, onde teria que fazer pelo menos o

que fosse possível no âmbito da escola regular, para que os mesmos pudessem frequentar a escola regular.

Segundo Carvalho (1997), o uso da expressão excepcional começou a ser discutido por ser um tempo do passado, na década de 80 este termo deixou de ser utilizado e por conseguinte passaram a ser chamado de pessoas portadoras de deficiência, terminologia que também foi criticada e por fim chegou ao tratamento dando hoje, pessoas com necessidades educacionais especiais.

Segundo a UNESCO (1994, p. 40), ocorreram nos últimos anos mudanças significativas no âmbito da educação especial, que gerou muita polêmica em outros países:

Falar de necessidades educacionais implica enfatizar aquilo que a escola pode fazer para compensar as dificuldades do/a aluno/a, já que, nesse enfoque, entende-se que as dificuldades para aprender têm um caráter interativo e depende não apenas das limitações dos/as alunos/as, mas também da condição educacional que lhe é oferecida.

No Rio Grande do Sul, surgiram estudos sobre a Estimulação Precoce, tendo como intuito estimular crianças de zero a três anos de idade que apresentavam algumas alterações no seu desenvolvimento tanto na área hospitalar e médica, como nas escolas especiais.

No ponto de vista legal o discurso é de igualdade e oportunidade para todos, mas sabemos que ocorre uma falta de acesso aos meios regulares de ensino para as pessoas com deficiência intelectual onde nem todos estão integrados. Podemos dizer que ainda tem uma resistência das escolas em geral para o acolhimento destas pessoas com deficiência, mas isso vem mudando de acordo com a autoconfiança dos profissionais e da acessibilidade da estrutura escolar.

Tosamini (1998, p. 124) relata que:

Essa atitude acaba por reforçar a criação de escolas especiais, o que faz com que as escolas regulares de ensino consigam se livrar com mais eficácia daqueles que consideram inaptos para usufruir de seus serviços. O discurso de que, ao serem educados, devem ser separados dos normais, em virtude de certas especificidades, na prática não contribui numa mudança de postura por parte da sociedade no que diz respeito aos seus direitos de cidadania.

Sabemos que a criação das escolas especiais com o intuito de separar as pessoas com deficiência intelectual das pessoas sem deficiência era há alguns anos a saída das escolas regulares e da sociedade, mas na prática inclusiva isso não contribui muito para a efetivação dos direitos da pessoa com deficiência intelectual.

Segundo Correia (1997), à medida que os conceitos de igualdade e justiça vão expandindo-se as crianças e suas famílias evoluem de uma situação de passividade para um progressivo descontentamento com os procedimentos escolares que conduzia a segregação e exclusão das crianças ditas deficientes.

O quadro da escola especial até alguns anos atrás era estruturado, as crianças com deficiência encontravam-se nas escolas especiais e as crianças sem deficiência encontravam-se nas escolas regulares. Os educadores das escolas especiais tinham seu lugar nas escolas especiais, e os professores com formação pedagógica e nas licenciaturas nas escolas regulares. Atualmente a educação especial encontra-se numa situação de crise de identidade.

Segundo Souza (2007, p.16):

No século XX acontece no Brasil a expansão das Instituições de Educação Especial, de natureza privada, ainda com uma grande ênfase no atendimento assistencial. Na Rede Pública de Ensino, foi estendida ao atendimento a pessoa com deficiência mental. As entidades o atendimento as pessoas com deficiência foi estendido, inicialmente, somente as pessoas com Deficiência Mental, que tinha o caráter de Educação Sanitária, e condicionava-se a sua aceitação desde que não atrapalhassem o bom andamento da classe.

O monopólio histórico da educação especial na área do ensino de crianças com deficiência parece estar chegando ao fim. Cada vez mais, há pressões sociais no sentido de abertura de espaço, para que as pessoas com deficiência saiam de redutos segregados, e passem a participar dos espaços comuns da sociedade, como a participação efetiva nas escolas regulares, públicas e privadas, e também no mercado de trabalho.

A escola especial encontra-se hoje em uma significativa mudança no seu recinto escolar, tanto na sua estrutura pedagógica como na sua estrutura física, isso representa as mudanças que estão acontecendo com o processo de inclusão. A escola especial deixa de ser parada fixa para a pessoa com deficiência intelectual e passa a ser um complemento em suas vidas, pois agora a escola especial é uma espécie de suporte, já que as crianças estão incluídas no ensino regular e necessitam somente de alguns parâmetros que a escola ainda não pode oferecer como é o caso de alguns atendimentos multidisciplinares e o atendimento especializado dentro da sala de aula. Em outras palavras significa um movimento de descentralização da educação especial.

Há muitos anos, a pessoa com deficiência intelectual era diagnosticado através de alguns laudos, anamneses e históricos sociais e neurológicos, e só assim encaminhadas para às escolas especiais. Esta era a única forma de inclui-las em algum meio social, mesmo que seja com pessoa do mesmo universo. Grande parte da sociedade acreditava que somente nestes

recintos que elas teriam todos os parâmetros existentes ao alcance. Sabemos que hoje isso é diferente, a proposta da educação inclusiva vem mudando esta idéia e formando novos pensamentos. Os dias atuais, espera-se que o futuro se constitua em uma escola para todos onde todos tenham direito a educação e ao mínimo social.

Sabemos que as escolas especiais foram e sempre serão escolas para “pessoas selecionadas”, mas o processo inclusivo está querendo mudar essa realidade, e aos poucos estão conseguindo.

Segundo Otto (2005, p.17) “as escolas de filosofia da antiguidade, os mosteiros da idade media, as escolas burguesas da renascença, todas foram escolas especiais para crianças especiais selecionadas”.

Diante do exposto podemos dizer que nunca existiu uma escola para todos, e é neste intuito que a nova proposta de inclusão quer trabalhar. Uma escola inclusiva é aquela em que todos são incluídos sem exceção de nenhuma criança ou de qualquer deficiência que a pessoa possa ter.

Segundo Albuquerque (2011, p.24) nos relata que “todas as escolas particulares do nosso país são escolas especiais, pois as crianças que estão incluídas nestas escolas são porque suas famílias têm condição suficiente de pagar pelos seus estudos”.

Somente com o surgimento das escolas especiais, que as crianças com deficiência obtiveram a chance de poder frequentar, finalmente uma escola. Esse foi na verdade o grande mérito das escolas especiais, isto é, elas se constituíram nas primeiras escolas que atenderam alunos com deficiência. As escolas especiais, portanto, não eram como algumas pessoas pensavam escolas “segregadoras”; pelo contrário, integraram pela primeira vez as crianças com deficiência no sistema escolar e tiram grande parte do cativo – seus lares, onde muitas viviam enclausuradas.

Durante todos este tempo a escola especial teve um papel importantíssimo, pois contribuíram para o ensino complementar dessas crianças com deficiência intelectual. Já que as escolas regulares não eram capazes ou não estavam dispostas a ensinar aos alunos. Assim as escolas especiais foram e são até hoje a solução e auxílio pedagógico não existente nas escolas regulares.

Segundo Albuquerque (2011, p.24):

As escolas especiais são importantes historicamente, mas está visão estar sendo transformada, pois uma solução transitória não tem ou não deve ter um caráter permanente, pois a inclusão é importante para todos e qualquer aluno com deficiência.

Porém é tempo de advertir as escolas especiais e a educação especial do risco de constituírem um equívoco ou erro histórico, de que não se podem

educar alunos em qualquer outro lugar a não se nas escolas especiais. O equívoco das escolas especiais consiste na reivindicação do monopólio pedagógico com estes alunos, em que se defende a idéia de que a educação especial é o melhor ou o mais apropriado para eles.

No cenário atual da educação, as duas escolas brigam para não perderem seu espaço. A regular briga para poder cumprir a lei, independente do tipo de educação que é oferecida para a pessoa com deficiência, e a especial briga para não perder seu espaço e deixar de existir. Mas sabemos que essa briga é em vão, pois mesmo com o processo de inclusão acontecendo grande parte dessas pessoas com deficiência intelectual que estão incluídas nas salas de aulas, precisam de uma ajuda e de um complemento que somente a escola especial pode dá. A educação especial e as escolas regulares precisam conhecer seu papel e unirem o profissionalismo para que o processo de inclusão tenha um resultado recompensador para todos. Se cada uma das escolas entenderem o seu trabalho e o seu papel nesse processo inclusivo, a educação inclusiva será entendida por boa parte da sociedade e deixará de ser somente um processo obrigatório.

2.2 O ideal das leis

O avanço no processo inclusivo não quer dizer que o trabalho dos governantes e das escolas está sendo executados de forma correta, pois na realidade de algumas escolas o processo inclusivo está longe de ser exequível conforme as leis, mesmo que seja a única forma para a pessoa com necessidades educacionais especiais tenham seus direitos garantidos perante a sociedade.

O governo e os sistemas escolares são responsáveis pela política de Educação Inclusiva do nosso país, tendo como obrigação à qualificação de todas as crianças, jovens e adultos, no que diz respeito à educação em geral. Sabemos que no decorrer dos anos, a pessoa com deficiência e sua família vem tornando a inclusão um processo mais comum e quebrando vários paradigmas formados em algumas décadas passadas. Cada dia a presença da pessoa com deficiência na escola vem se tornando comum, a criança sem deficiência não tem mais o mesmo receio que antes. Com o passar dos anos a pessoa com deficiência e sua família toma mais consciência dos seus direitos e deveres, e essa tomada de consciência vem a cada dia amadurecendo o processo de inclusão e ganhando mais forma.

Segundo Albuquerque (2011), a pessoa com deficiência vem lutando a cada dia pelos seus direitos e por um processo de inclusão mais justo, em que todos têm seus direitos

garantidos conforme a lei, mas o processo de inclusão tem muito o que caminhar para que toda pessoa com deficiência intelectual tenha os seus direitos e deveres efetivados.

Podemos falar que a evolução é evidente aos nossos olhos, já que antes eram excluídos e comparados a indigente, e agora são vistas e adotadas de direitos e assim, lutam pela melhoria e a inclusão na escola e na sociedade em geral.

A Constituição Federal de 1988 nos relata que no “Art. 1º, incisos II e III um de seus objetivos fundamentais a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

Com a presença dos direitos fundamentais na constituição federal fez com que a abrisse um leque de espaços para a criação de categorias de fundamentalidade, fator determinante para a proteção especial, ocasionando assim os direitos democráticos, a igualação de direitos no âmbito da universalidade de todos os cidadãos, sem distinção de raça, cor ou etnia. Ficando evidente que a pessoa com qualquer tipo de deficiência tem os mesmos direitos das pessoas sem deficiência.

Em dezembro de 1971, a ONU proclamou a Declaração da Pessoa com Deficiência Mental. Seu art. 1º reafirmava a idéia de igualdade de direitos e de qualidade de vida: “O deficiente mental deve gozar, no máximo grau possível, os mesmo direitos dos demais seres humanos”.

Quatro anos mais tarde, em 9 de dezembro de 1975, a ONU apresentava ao mundo outra declaração, desta vez em defesa dos direitos das pessoas com deficiência . O art. 3º mencionava o seguinte:

A pessoa com deficiência tem direito inerente ao respeito por sua dignidade humana. As pessoas deficientes, qualquer que seja a origem, natureza e gravidade de suas deficiências, têm os mesmos direitos fundamentais que os seus concidadãos da mesma idade, o que implica antes de tudo, no direito de desfrutar uma vida decente, tão normal e plena quanto o possível. (http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/dec_def.txt)

A lei 7.853/1989 dispõe sobre o apoio as pessoas com deficiência em sua integração social, assegurando assim o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais. O decreto n. 3.298/90 que regulamenta a lei n. 7.853/89 e consolida as normas de proteção a pessoa com deficiência e mostra outras formas e mudança e transformação.

A UNESCO (1994, s.p) nos relata que:

O princípio básico deste modelo é que todos os alunos, independentemente de suas condições socioeconômica, raciais, culturais ou de desenvolvimento, sejam acolhidos nas escolas regulares, as quais devem se adaptar para atender às suas necessidades, pois se constituem como os meios mais

capazes para combater as atitudes discriminatórias, e, como consequência, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos.

Em meio ao processo transformador podemos dizer que grande parte dos profissionais não é capacitada da forma devida. Percebe-se que há uma individual capacitação. Há falha na responsabilidade do governo de oferecer cursos de capacitação para os profissionais que irão trabalhar no processo de inclusão.

Para que a sociedade pudesse conhecer mais sobre a pessoa com deficiência, o Ministério Público Federal, principal responsável pela defesa dos direitos das pessoas portadoras de deficiência editou no ano de 2003 uma cartilha sobre o tema, juntamente com Ministério Público Federal e outras instituições produziram materiais semelhantes, servindo de orientação para a sociedade e para os professores que trabalham nesse processo de inclusão.

Na cartilha constam algumas orientações que devem ser abordadas em salas de aula para que o aluno sinta-se integrado aos demais. Na medida em que avançamos no processo de inclusão, as orientações já existentes na cartilha serão incorporadas naturalmente ao convívio de todos.

No atual momento em que o Brasil vive podemos dizer que a lei de manter o atendimento da educação especial como um só sistema de ensino vem sendo debatido por toda a categoria, pois sabemos que não só a educação especial e nem só a educação regular farão o seu trabalho de forma adequada de forma isolada, precisa haver junção dos dois ensinamentos para que a pessoa com deficiência seja trabalhada como um todo, independente do grau de dificuldade, tendo em vista que no ensino regular não tem alguns serviços que a educação especial tem. As duas educações juntas irá de alguma forma suprir a necessidade que a outro não pode proporcionar.

Uma lei que até hoje é utilizada por todos é a Lei nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no qual estabelece os rumos e os fundamentos da educação brasileira reconhecendo a importância da educação especial, e dispondo de normas, no título V – Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino, no seu capítulo V – Educação Especial, nos artigos. 58, 59 e 60:

Art.58 Entende-se por Educação Especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educando, portadores de necessidades especiais.

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializados, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

§3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educando com necessidades especiais.

I- Currículos, métodos, recursos educativos e organização específica, para atender as suas necessidades;

II- Terminalidadeespecificas para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental; em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III- Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para integração desses educando na classe comum;

IV- Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequados para os que não relevarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam habilidades superiores nas áreas artísticas intelectuais ou psicomotora;

V- Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para os respectivos níveis de ensino regular.

Art. 60. Os órgãos normativos do sistema de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializada e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnicos e financeiros pelo poder público.

Parágrafo único. O poder público adotará como alternativa preferencial a ampliação do atendimento aos educando com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições prevista neste artigo. (BRASIL, 1996, p. 17)

Esta lei fez com que a pessoa com deficiência intelectual rompesse um paradigma antigo e passasse a ter um atendimento especializado, resultando assim na junção na área escolar e no suporte complementar, como por exemplo, atendimentos medicinais, fisioterapêuticos, psicológicos, educacionais, assistência social e entre outros.

Esta lei abriu um leque de possibilidades para que as pessoas com deficiência desassistidas pudessem ter um trabalho mais amplo, sem correr nenhum risco.

Com o surgimento de algumas leis a pessoa com deficiência intelectual deixou de ficarem enclausuradas em suas residências para frequentar locais que tenham pessoas sem

deficiência como é o caso das escolas regulares, tendo assim a mais oportunidade de interagir com outras crianças da sua idade e obter novos aprendizados, ocasionando assim a abertura de novos horizontes.

A Emenda 1.793/94 é um projeto de inclusão, onde capacitam os professores, dando-lhes uma nova formação profissional, através de cursos ou de treinamentos na área da deficiência mental, dando potencial para cuidar dessas pessoas portadoras de deficiência.

A Declaração de Salamanca (1994) tornou-se um dos documentos mais importante referentes à inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular, contendo princípios referentes à inclusão. Esta declaração tem por base, que todas as escolas devem se adaptar as necessidades de todos os alunos, incluindo os que se encontram a margem da sociedade por preconceitos raciais, econômicos, linguísticos, éticos e sociais.

Um dos aspectos mais ressaltados durante as discussões era o modo como o sistema educacional tem atuado, levando á exclusão de uma grande parcela dos alunos. Os especialistas revelaram que a inclusão dos grupos minoritários não é uma decorrência natural do sistema de ensino, mas exatamente o oposto. O sistema tende a excluir os alunos diferentes, privilegiando os alunos considerados normais.

A Declaração de Salamanca (1994) proclama que:

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem;

Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas [...].

Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer tais necessidades;

Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional [...] (BRASIL, 1994, p. 1).

A mesma lei deixa claro que os alunos com NEE (Necessidades Educacionais Especiais) devem receber o apoio que necessita para ter uma educação eficaz, tendo em vista que esta educação inclusiva é a melhor forma de integrar a pessoa com deficiência intelectual na sociedade, promovendo assim a solidariedade de toda a comunidade, seja no recinto escolar ou no seu meio social.

Segundo Souza e Rodrigues (2007, p. 18 e 19):

A lei n. 9.394/1996 estabelece as Diretrizes de Bases da Educação Nacional, notadamente em três artigos, a saber:

Artº 4 – trata-se do atendimento, preferencialmente, no ensino regular.

Artº 58 – serviços de apoio, oferecidos em classes, escolas ou serviços especializados, incluindo o ensino infantil de 0 a 6 anos.

Artº 59 – trata das adaptações curriculares, visando o desenvolvimento de todas as possibilidades de aprendizagem do aluno no sentido de oferecer também oportunidade para que o aluno conquiste uma “terminalidade” nos seus estudos, mesmo que seja específica para que possa favorecer a inserção no mercado de trabalho. Para isso prevê o trabalho dos professores especializados e recursos de educação especial, que possam dar suporte a estes alunos.

No ano de 1999, ocorreu a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação de Pessoas Portadoras de Deficiência, conhecida como a Convenção da Guatemala, onde todos os países que participaram se comprometeram em promulgar medidas legais para a inclusão educacional e social das pessoas com deficiência. Um importante detalhe é a participação dos cidadãos com deficiência nas avaliações e no desenvolvimento das estratégias públicas para a inclusão. Segunda a Convenção da Guatemala, nenhuma diferenciação entre as pessoas pode ser baseada na deficiência. No Brasil esta Convenção da Guatemala foi promulgada pelo Decreto nº 3.956, em outubro de 2001.

Na resolução n. 2/2001 – um dos documentos mais importantes do processo inclusivo porque instituiu as Diretrizes Nacionais Para a Educação Especial na Educação Básica Brasileira (MEC, 2001), onde nela mostra as devidas mudanças da perspectiva para o atendimento das pessoas com necessidades educacionais especiais, tornando assim a educação ainda mais inclusiva. Este decreto nos diz em seu artº 6: “todo professor de Educação Básica deverá ter conhecimentos sobre crianças, jovens e adultos, incluídas nas especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais, para aprenderem”.

No ano de 2001 surgiu a lei 10.172/2001 onde aprova o Plano Nacional de Educação, nele é estabelecido metas e objetivos para a educação das pessoas com necessidades educacionais especiais no ensino regular.

Outro documento significativo para o processo de inclusão é a Cartilha do MEC: *O Acesso de alunos com deficiência as escolas e classes comuns da rede regular*, no ano de 2005, onde foi produzido pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, tendo como organizador o Ministério Público. O documento nos relata uma sociedade democrática com igualdade de oportunidade.

O documento do Ministério Público *O Acesso de alunos com deficiência as escolas e classes comuns da rede regular* apresenta um referencial para a construção dos sistemas educacionais inclusivos, organizados para atender o conjunto de necessidades e características de todos os cidadãos. Este referencial contém uma análise da legislação pertinente a educação especial e orientações pedagógicas que discutem a prática dos educadores. São considerações que traduzem os paradigmas atuais e defendem o acesso universal à escolaridade básica através da transformação da escola em um ambiente de convivência respeitosa, enriquecedora e livre de qualquer discriminação. A construção de uma sociedade inclusiva exige mudança de ideias e práticas. Portanto o Ministério da Educação apoia a implementação de uma nova prática social que viabilize escolas inclusivas que atendam a todos, independente de suas necessidades educacionais especiais, de forma a garantir a participação de todos. (Educação inclusiva, Seesp/MEC, 2005, p. 1).

A escola sabendo do seu papel no processo de inclusão escolar o maior desafio que este documento tem, é de que todas as escolas aceitem qualquer tipo de pessoa no seu recinto escolar, independentemente se tem deficiência ou não, sem haver nenhuma distinção, pois somente assim estará promovendo a construção de um saber universal.

Podemos perceber que mesmo com todos os cursos disponíveis para os professores, ainda há muito preconceito dentro da comunidade escolar, pois esses profissionais não estavam acostumados com esse tipo de demanda e até mesmo os alunos, pois até então estavam convivendo no ensino especial, apesar de há muito tempo existir a lei de inclusão.

Sabemos que estas leis não são suficientes para que ocorra a transformação que há tanto anos queremos, mas elas podem ser o começo de uma esperança para que o processo de inclusão seja trabalhado de forma eficaz. Temos convicção que as mudanças são necessárias para que aconteçam as modificações nas políticas públicas de vários governos, mas estão acontecendo em um ritmo lento, este processo de longos anos está sendo importante, pois está ocasionando decisões definitivas para a mudança no processo inclusivo.

Diante as discussões da sociedade em geral, profissionais e governantes muito tem discutido sobre o processo de inclusão da pessoa com deficiência e suas leis. Muito tem-se comentado que vários países têm usado nos últimos anos a expressão “Inclusão” em seus textos sobre a educação. O que cada um entende por inclusão devem ser opiniões particularmente diferentes.

Recentemente, Wilson (2002), analisando documentos sobre a inclusão em particular provenientes do Center for Studies on Inclusive Education, indicou que o que se entende por uma escola inclusiva pressupõe uma escola centrada na comunidade, livre de barreira.

Por outro lado, Hegarty (2003), ao confrontar os objetivos ambiciosos da EI (Educação Inclusiva), e o fato de o termo “EI” começar a dar mostras de certa fadiga, defende

que o debate inclusão/segregação tem recebido um interesse excessivo e que é, sobretudo necessário investir uma verdadeira “Educação para todos”.

A Educação tornou-se assim um campo polêmico por várias razões. Uma das principais é sem dúvida a contradição entre a letra da legislação e a prática das escolas.

O discurso da inclusão ou “a ideologia da inclusão” não tem frequentemente uma expressão empírica, e por vezes fala-se mais da EI como um mero programa político ou como uma quimera inatingível do que como uma possibilidade concreta de opção numa escola regular. Tanto a legislação como o discurso dos professores se tornaram rapidamente “inclusivos”, enquanto as práticas nas escolas são muito discretamente, tendem a ser mais inclusivas. Recentemente afirmamos que “é preciso não invocar o nome da inclusão em vão”, tentando “mapear” esta distância entre os discursos e as práticas (RODRIGUES, DAVID, 2006, p. 4).

Sabemos que o processo inclusivo ainda encontra-se em amadurecimento e transformação, tanto por parte da acessibilidade das escolas em geral e dos alunos sem deficiência. Isto é um trabalho que requer tempo e diversas discussões sobre o assunto, pois há muito pouco tempo que toda a população precisou conviver com esta ideia e conviver com as pessoas com deficiência.

A inclusão está relacionada à qualidade de ensino e à abertura da escola para todas as crianças, independente de ser considerada sem deficiência ou com algum tipo de deficiência. Isto quer dizer que apesar de relacionarmos inclusão à inserção de crianças com deficiência, as escolas inclusivas são aquelas onde todas as crianças são bem vindas não importando seu grau de deficiência.

Do ponto de vista quantitativo, não resta dúvida que a inclusão tem ocorrido, seja no ensino público, ou no ensino privado. Os dados do Censo Escolar publicados pelo Ministério da Educação e Cultura e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira aponta para um crescimento do atendimento inclusivo no Brasil, passando de 24,7% em 2002 para 41% em 2005, mas sabemos que nem todas as crianças que estão incluídas nas escolas estão de forma correta.

No âmbito qualitativo, a educação inclusiva no Brasil, ainda tem um longo percurso pela frente, mas que aponta alguns progressos. O fato de não termos indicadores qualitativos que ofereçam um panorama de educação inclusiva no Brasil indica que falta muito para que a educação seja considerada uma educação de primeiro mundo.

Segundo Albuquerque (2011, p. 18):

Podemos perceber o grande avanço no processo de inclusão que vem ocorrendo em nosso país, a Educação Inclusiva significa um novo

modelo de escola em que é possível o acesso e a permanência de todos os alunos, e onde os mecanismos de seleção e discriminação, até então utilizados, são substituídos por procedimentos de identificação e remoção das barreiras para a aprendizagem. Para tornar-se inclusiva a escola precisa formar seus professores e equipe de gestão, e rever as formas de interação vigentes entre todos os segmentos que a compõem e que nela interferem. Precisa realimentar sua estrutura, organização, seus projetos político-pedagógico, seus recursos didáticos, metodologias e estratégias de ensino, bem como suas práticas avaliativas. Para acolher todos os alunos, a escola precisa, sobretudo, transformar suas intenções e escolhas curriculares, oferecendo um ensino diferenciado que favoreça o desenvolvimento e a inclusão social.

Nesse processo de surgimento de uma nova escola para o acolhimento desse aluno com deficiência trás uma nova preocupação para a escola em responder as necessidades apresentadas por seus alunos, em conjunto, e a cada um deles em particular, assumindo efetivamente o compromisso com o sucesso na aprendizagem da totalidade do corpo discente.

A Educação Especial encontra-se, também, em processo de ressignificação de seu papel, para abranger, além do atendimento especializado direto, o suporte às escolas regulares que recebem alunos que necessitam de ajudas diferenciadas e específicas para aprender.

[...] visando importar métodos e técnicas especializadas para a classe regular, mas sim, constituindo-se em um sistema de suporte permanente e efetivo à escola, para que esta possa promover, de fato, a aprendizagem dos alunos com deficiência ou outras características diferenciadas de desenvolvimento. Em outras palavras, a Educação Especial não deve ser concebida como um sistema educacional especializado à parte, mas sim como um conjunto de metodologias, recursos e conhecimentos que a escola comum deverá dispor para atender à diversidade de seus alunos (GLAT; ROSANA, 2007, p. 17).

Pois sabemos que para existir essa inclusão todos devem está comprometido com a transformação e a mudança do ambiente escolar. Diante desse processo inclusivo iremos entender mais sobre as características da pessoa com deficiência intelectual, buscando mostrar como a pessoa com deficiência está correspondendo ao processo inclusivo.

2.3 Característica da pessoa com deficiência intelectual

Há muito tempo o termo deficiência vem sendo discutido, pois cada profissional tem um jeito de definir este termo. A palavra deixa de ser vista como um termo médico e passa a fazer parte de um todo. As suas limitações deixam de ser exclusivamente a dificuldade de uma pessoa e passa a serem limitações de uma sociedade, onde todos procuram se adaptar as suas barreiras físicas, sociais e econômicas. Vale lembrar que uma dessas barreiras que a

pessoa com deficiência precisa enfrentar são o preconceito e jargões que a sociedade construiu no decorrer dos anos e agora precisam ser destruído.

Segundo a American Psychiatric Association (APA, 2002) a deficiência intelectual pode ser entendida como um comprometimento intelectual inferior à média (o que chamamos de QI), acompanhado de limitações importantes no funcionamento adaptativo em algumas áreas de suas habilidades: comunicação, autocuidados, vida doméstica, habilidades sociais/interpessoais, saúde e segurança, sendo que o início da deficiência deve ocorrer antes dos 18 anos.

Segundo a AAMR (American Association on Mental Retardation; em Português; Associação Americana de Retardo Mental), uma associação não governamental criada em 1876 e que atualmente trabalha com pesquisas e políticas públicas voltadas para a pessoa com deficiência intelectual, nos mostra as habilidades adaptativas:

Comunicação: é uma habilidade que realça o inter-relacionamento entre as pessoas e tem por objetivo a compreensão e expressão das informações mediante as condutas das mesmas (falar, escrever, gesticular, expressar-se corporalmente). A comunicação é imprescindível em todos os contextos, sendo por meio dela que se realiza a integração social, também essencial no convívio entre as pessoas.

Autocuidado: habilidade relacionada à conduta pessoas, a própria preservação e à organização de pessoas, ou seja, a higiene, a alimentação e a aparência. A habilidade relaciona-se tanto com a imagem do homem como também com o autoconceito. Na sociedade atual, a imagem que apresentam no meio em que estamos inseridos é representativa do que somos – ela fala por nós, pois transmite informações sobre a pessoa que está por trás dessa imagem aparente.

Vida Doméstica: habilidade que reporta a atividade da pessoa quando no lar, tais como: cuidado com vestimentas, com os afazeres domésticos, com a manutenção e os bens pessoais; agendamento de compromissos; planejamento de lista de compras; preparação de alimentos, segurança, enfim, toda atividade que toma lugar na vida doméstica.

Habilidades Sociais/Interpessoais: referem-se à interação e intercomunicação com as demais pessoas, reconhecendo os sentimentos e fornecendo o feedback, seja positivo (sorrir quando a situação é agradável), seja negativo (recusa, expressão mais séria, zanga quando desagradada). Nessa habilidade é realçada a importância de ter amigos e ser aceito por estes; ser colaborador nas relações interpessoais, constituindo e mantendo amizades. Saber fazer escolhas, compartilhar a vida com outra pessoa, entendendo o significado da honestidade e da equidade. Estas habilidades dizem respeito também à flexibilidade adaptativa, ao cumprimento das leis, ao controle dos impulsos, a apresentação de comportamento sexual e social adequado. [...]

Saúde e Segurança: relacionadas à manutenção da própria saúde. Estão diretamente associadas a necessidades de hábitos saudáveis, com prioridade na alimentação, preservação de doenças, identificação e tratamentos de enfermidades, aquisição de informações sobre o desenvolvimento pessoal e conhecimento sobre a sexualidade. As habilidades relacionadas à segurança

dizem respeito as leis, normas e regras de regem uma vida mais organizada (PRIOSTE; RAIÇA; MACHADO, 2006, p. 23 - 26).

O que vem sendo bastante confundido é o termo deficiência e doença. A doença mental ela é caracterizada por um rebaixamento global e qualitativo das funções psíquicas (PALOMBA, 2003).

Em resumo a doença mental é aquela que nós adquirimos no decorrer da vida, como é o caso a psicose, esquizofrenia e entre outras. Já a deficiência mental é uma situação, há um rebaixamento quantitativo das suas funções psíquicas, ou seja, a pessoa com deficiência intelectual ela nasce com a deficiência e precisa fazer um tratamento desde o momento em que se percebe que tem algum tipo de deficiência.

É importante diferenciar deficiência e doença intelectual, porque a pessoa com deficiência intelectual ela vive mais vulnerável a qualquer tipo de transtorno mental e muitas vezes acabam passando despercebidos pela sociedade em geral.

Segundo Schalock (2006), psicólogo, membro do American Association on Mental Retardation (AAMR), entende que a deficiência intelectual não é uma condição estática, nem um traço pessoal, por isso não pode ser vista somente pelos “déficits”. Ela deve ser compreendida dentro de uma abordagem ecológica que considere o funcionamento da pessoa na interação com o mundo em que vive, observando as oportunidades e o apoio recebido ao longo da vida.

Para os psicólogos o recomendável que tenha uma equipe multidisciplinar para dá um diagnóstico mais preciso quando se percebe que a criança tem algum tipo de deficiência. Tendo em vista que no caso de criança é importante ajuda do professor, pois na grande parte dos casos ele é a primeira pessoa a perceber a deficiência, já que convive mais com a criança e pode observar as suas principais dificuldades.

Uma das principais características da pessoa com deficiência intelectual é a falta de capacidade de aprendizado com relação às outras crianças sem deficiência, pode requerer um pouco mais de tempo para o aprendizado, mais permite adquirir várias especialidades, na maioria dos casos apresenta atraso em seu desenvolvimento neuropsicomotor, quase sempre é uma alteração na estrutura cerebral, comportamental e na aquisição de fala.

Com relação à deficiência mental Alfred Binet no ano de 1905 classificava as crianças de acordo com um quociente intelectual (QI), este tipo de classificação imperou nos laudos psicológicos até a década de 1990, determinando o tipo de programação educacional, ou seja, durante muitos anos crianças com baixo índice de QI não tinha acesso à escolarização básica, pois acreditava se que seriam crianças incapazes de aprender. Os rótulos variam ao longo do

tempo e assumem características peculiares de cada época. Por exemplo, a mais ou menos três décadas, era muito comum a pessoa com deficiência intelectual ser chamado de idiota quando a deficiência era severa (QI abaixo de 35); imbecil quando era moderado (QI de 35 a 50) débil mental quando a deficiência era leve (QI de 50 a 70). Essas nomeações eram adotadas por médicos e psicólogos que passaram a circular no meio escolar e social de maneira pejorativa. Nas últimas décadas essa maneira de se referir à pessoa com deficiência intelectual foi deixada de lado, progressivamente a nomeação passou a ser por grau de prejuízo intelectual que também vem sendo pouco usado, restringindo-se apenas a trabalhos científicos.

Atualmente as crianças que tem dificuldades escolares e a que possuem deficiência mental são chamadas “necessidades educacionais especiais”.

O Relatório Warnock nos diz que:

[...] introduz o conceito de Necessidades Educativas Especiais, englobando não só alunos com deficiências, mas todos aqueles que, ao longo do seu percurso escolar possam apresentar dificuldades específicas de aprendizagem.

Já no Brasil o termo foi popularmente intitulado de “criança especial”, mas esta expressão deixa um vazio, que incomoda as pessoas que utilizavam, onde dá de pensar que todas as crianças deveriam ser “especiais”. Outra expressão, cada vez mais usada nas escolas é “incluída”: este termo é muito usado para as crianças com algum tipo de deficiência que está frequentando classes regulares. Nota-se que com este termo a criança perde o espaço de aluno, e acaba formando um grupo a parte.

Hoje existem significativas mudanças sociais e educacionais que ressoam positivamente nos diagnósticos psicológicos, produzindo alterações no antigo enfoque médico-pedagógico da deficiência. Atualmente os diagnósticos não se baseiam mais somente no QI buscam também uma visão social da pessoa valorizando a mesma dentro da comunidade em que vive.

Outra confusão bastante comum é a dislexia, em alguns casos a sociedade confunde a pessoa com deficiência intelectual com a pessoa com transtorno na leitura e na escrita (dislexia). A criança com dislexia pode apresentar problemas emocionais, pela exigência pela sua aprendizagem e leitura no meio escolar e em suas residências, por isso a importância de fazer um diagnóstico preciso com profissionais e até mesmo com uma equipe multidisciplinar.

2.4 A Formação de Professores

O professor precisa estar consciente de sua importância e da função que desempenha perante este momento tão importante. Como se vê, é na relação concreta entre o educando e o professor que se localizam os elementos que possibilitam decisões educacionais mais acertadas, e não somente no aluno ou na escola. O sentido especial da educação consiste no amor e no respeito ao outro, que são as atitudes mediadoras da competência ou da sua busca para melhor favorecer o crescimento e desenvolvimento do outro. A evolução do processo torna-se mais evidente e significativa na medida em que o profissional toma posse dos conhecimentos, sente-se mais seguro e confiante para compreender os limites individuais, independente até das necessidades especiais que os alunos possam apresentar, e consegue explorar as potencialidades que os mesmos certamente possuem.

A profissão de professor exige imensa versatilidade, dado que lhe pede que aja uma grande autonomia e seja capaz de delinear e desenvolver planos de intervenção em condições muito diferentes. Para desenvolver esta competência tão criativa e complexa, não basta uma formação acadêmica também uma formação profissional (CAMPOS, 2002, p. 30).

Sabemos da importância do profissional especializado nessa inclusão, entendemos que é um processo longe e que exige dedicação e profissionalismo, as queixas ainda são frequentes, ainda que o número de cursos e capacitações tenha crescido bastante nos últimos anos, mas ainda é insuficiente para transformar uma conduta escolar tradicional (pouco acolhedora para as crianças com deficiência intelectual).

O desenvolvimento de competência para a educação inclusiva, ainda na sua formação inicial tem sua fase de sensibilização, só poderá ser plenamente assumida ao longo de uma prática em serviço, ou seja, quando todos estiverem comprometidos com a educação inclusiva em geral.

Todo profissional quando comprometido com a filosofia inclusiva irá estimular os alunos, levando-os a utilizar o potencial de desenvolvimento humano, participando mais efetivamente na comunidade, de forma a provocar as mudanças sociais, demonstrando que a diversidade nos leva ao crescimento. E o convívio com as diferenças certamente nos fará mais solidários, num mundo melhor.

Segundo Albuquerque (2011, p. 26):

Os professores de modo geral não estão preparados para lidar com alunos com necessidades educacionais especiais diferenciadas em suas classes. Sabemos que ainda é presente no imaginário social a falsa

noção de que sujeito com deficiência tem poucas possibilidades de desenvolvimento e aprendizagem formal.

O preparo do professor deve iniciar-se na formação pedagógica, nos dias atuais os currículos dos cursos de pedagogia, tem sofrido várias alterações que visam incorporar temáticas relacionadas à educação inclusivas, estas mudanças são pequenas, mas que irá refletir na atuação de professores levando-os a atuar de forma profissional.

O preparo para o recebimento de cada aluno exige da escola uma série de condições importantes, que não depende somente do professor é claro, o profissional que estiver apto para lidar com a inclusão, estará apto para trabalhar com os alunos com deficiência intelectual.

Segundo Prioste (2007, p.46) “o bom preparo e a competência já são inclusivos na medida em que ensinará a todos com qualidade”. O trabalho da escola e do profissional de um ensino com qualidade é o desafio da escola inclusiva, onde todos deverão estar incluídos e aprendendo com eficácia.

A escola deverá fornecer condições juntos com as atitudes colaborativas. O importante é respeitar a diversidade não querendo visar resultados padronizados.

Em relação ao preparo dos professores, destaca-se o desejo de aprender e o compromisso com a carreira escolhida. O preparo dos professores para educar os alunos com deficiência intelectual envolve:

- 1- Consciência e compromisso com a escolha profissional [...];
- 2- Identificação de preconceito sociais cristalizados no conteúdo e no próprio discurso;
- 3- Embasamento teórico e flexibilidade para fazer adaptações da teoria á prática [...];
- 4- Conhecimento dos alunos, identificando a habilidade prévia, interesses, motivações e limitações [...];
- 5- Valorização de cada passo avançado pela criança, pois cada passo é uma vitória para ambos [...] (PRIOSTE; RAIÇA; MACHADO. 2006, p. 47 e 48)

Esses são alguns dos preparos que o professor tem que possuir para está enquadrado na inclusão da pessoa com deficiência intelectual no ensino regular.

Pois sabemos que ensinar é marcar um encontro com o outro e a inclusão escolar provoca, basicamente, uma mudança de atitude diante do outro, esse que não é mais um indivíduo qualquer, com o qual topamos simplesmente na nossa existência e/ ou com o qual convivemos certo tempo de nossas vidas. Mas alguém que é essencial para a nossa construção como pessoa e como profissional e que nos mostra os nossos limites e nos faz ir além. A inclusão é uma possibilidade que se abre para o aperfeiçoamento da educação escolar e para o benefício de todos com e sem deficiência.

2.5 O Processo de Inclusão da criança com Deficiência Intelectual nas Escolas Regulares

Como podemos constatar o fortalecimento do processo de inclusão é algo novo que vai trazer benefícios a várias crianças com deficiência intelectual, inclusive as crianças mais incapacitadas podem se beneficiar de uma educação de qualidade; nenhuma criança pode ser de antemão considerada ineducável. A razão fundamental para educar os jovens com incapacidades é de ordem moral: como cidadãos eles têm direito a ser educados.

Na escola inclusiva o processo educativo é entendido como um processo social. Ela se apresenta como a vanguarda do processo educacional.

Para Hegarty (1994, p. 42), “embora os princípios básicos que sustentam a educação especial hoje em dia sejam por definição muito simples, levá-los à prática não é nada fácil”. Esses princípios podem ser formulados de diferentes maneiras, ainda que exista um amplo acordo sobre quais deveriam ser, podendo estabelecer-se em termos de três direitos: o direito à educação, o direito à igualdade de oportunidades e o direito à participação na sociedade.

Sabemos que a educação inclusiva não representa necessariamente uma ruptura, mas sim o desenvolvimento de um processo de transformação, em prol dos direitos das pessoas com deficiência, proporcionando a elas maiores condições de adaptação social, auxiliando a superar, pelos menos em parte, as dificuldades cotidianas.

A Constituição Federal, (1988) no artigo 208, bem como em legislação subsequentes, “recomenda a inserção dos alunos com deficiências, preferencialmente no sistema regular de ensino”.

Para que uma escola se torne inclusiva, deverá haver o reconhecimento de que alguns alunos necessitarão mais que outros de ajudas e apoios diversos para alcançar o sucesso de sua escolarização, e para que ocorra esse sucesso necessitará também de um ambiente favorável ao atendimento das necessidades dos mesmos, como por exemplo, estratégias e técnicas diferenciadas. A necessidade educacional especial se manifesta na ação individual e subjetiva de conhecer/aprender um novo conteúdo social.

Segundo Albuquerque (2011 p. 30):

A importância do profissional especializado para o suporte da escola regular tendo em vista que a Educação Inclusiva é um processo progressivo e contínuo de absorção do aluno com necessidades educacionais especiais pela escola regular. Este pressupõe, simultaneamente, a adaptação da instituição e da cultura escolar para atuar com o aluno, e a adaptação deste aluno para que possa usufruir plenamente do processo educacional.

Entende-se também que não podemos esperar plenamente a adaptação de todos na escola regular de ensino, pois há crianças com comportamentos que colocam em risco a si mesmo e as outras; e há também aquelas que não conseguem se expressar ou se moverem, e que sem uma interação mais próxima em ambiente mais estruturado para o acolhimento a esse aluno o professor não terá respostas a dar as suas necessidades educacionais especiais. Somando-se a tudo isso também existem aquelas que se ingressaram tardiamente e não tem qualquer referência educacional.

Para Albuquerque (2011, p. 30):

A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais demanda uma mudança radical na gestão do sistema educacional de modo amplo, e de cada escola especificadamente, priorizando ações em todos os níveis de ensino, desde a Educação Infantil aos programas para a formação de professores.

Sabemos que a inclusão escolar nos remete a muitas transformações radicais no que diz respeito na demanda educacional das pessoas com deficiência intelectual. Mediante a essas mudanças existem as dúvidas sobre a inclusão e integração, fazendo com que os profissionais tenham ideias distorcidas sobre ambos os termos.

Apesar de muitas pessoas pensarem que inclusão e integração serem a mesma coisa pode-se dizer que não é, e que há uma diferença entre as duas palavras.

A inclusão vem a ser a participação de todos no que diz respeito aos valores e práticas, defendendo todos os seus interesses e direitos. Já a integração é uma participação individual em que a pessoa necessita se adaptar ao meio em que está integrado defendendo seus próprios valores.

Por o processo de inclusão ter ganhando mais repercussão com os movimentos integrativos, os dois elementos são usados constantemente como se fossem um só elemento, por isso que falam que a inclusão é a evolução da integração, dando a entender que os dois tem o mesmo significado e desempenhando o mesmo papel, mas sabemos que isto não é verdade e que cada um tem o seu trabalho e sua importância neste processo inclusivo.

Segundo Albuquerque (2011, p. 19) “a escola integrativa trata-se de uma escola em tudo semelhante a uma escola tradicional em que os alunos com deficiência recebiam um tratamento especial”.

A perspectiva da Escola Inclusiva é sim bem oposta à da escola tradicional, a escola inclusiva promove uma escola de sucesso para todos, ela encara o aluno como todos diferentes e necessitados de uma pedagogia diferenciada, e ao cumprir o direito a plena participação de todos os alunos na escola regular.

Segundo Albuquerque (2011, p.19) diz que o modelo de escola inclusiva é:

[...] baseado no movimento de integração da pessoa com deficiência. O modelo de escola inclusiva está sendo trabalhada na ajuda particular de cada pessoa com deficiência de forma individual, sendo assim o profissional terá sua total atenção somente para a pessoa com deficiência, suprindo nas suas dificuldades de aprendizagem e em outros momentos quando for necessário.

Assim, pois, a escola inclusiva pretende superar as barreiras que foram impostas pelos limites tradicionais do conhecimento em educação especial, incluindo novas perspectivas provenientes da sociologia, da teoria políticas e da análise organizativa.

Dessa perspectiva, a finalidade das escolas inclusivas está centrada na criação de sistemas educacionais que ofereçam respostas às necessidades de todos os alunos.

É importante ressaltar que a Educação Inclusiva não se resume a matrícula do aluno com deficiência na turma comum ou a sua presença na escola. Uma escola ou turma considerada inclusiva precisa ser, mais do que um espaço para a convivência, um ambiente onde ele aprenda os conteúdos socialmente valorizados para todos os alunos da mesma faixa etária. O objetivo desta proposta é a possibilidade de ingresso e permanência do aluno na escola com sucesso acadêmico, e isso só poderá se dar a partir da atenção às suas peculiaridades de aprendizagem e desenvolvimento.

Incluir a pessoa com deficiência no processo educacional e na vida profissional exigirá dele um comportamento mais independente, mas autônomo, que o levará a vivenciar situações do dia-a-dia imprescindível para o desenvolvimento.

3 OBJETIVOS

3.1 Geral

Analisar o processo de inclusão da pessoa com deficiência intelectual em uma escola pública do município de Porto Acre.

3.2 Objetivos Específicos:

1. Identificar quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos alunos no processo de inclusão.
2. Verificar se a proposta de trabalho da escola corresponde com os princípios da inclusão.
- 3, Analisar como esta sendo o processo de capacitação dos professores em uma escola no município de Porto Acre.
4. Verificar quais são os desafios dos professores no processo de inclusão.

4 METODOLOGIA

A pesquisa classifica-se como uma pesquisa qualitativa com o objetivo de coletar dados e analisar o processo de inclusão da pessoa com deficiência intelectual no ensino regular em uma escola pública do Acre.

4.1 Contexto

A pesquisa aconteceu em uma escola pública que atende no período da manhã alunos do ensino fundamental e no período da tarde atende alunos do ensino médio do município de Porto Acre. A escola está na construção do processo inclusivo e atende todo o município e que passou há pouco tempo por uma construção na sua estrutura física e fica no centro do município. O local tem 01 (uma) diretora, 01 (uma) coordenadora pedagógica, 01 (uma) profissional da sala de AEE e 10 (dez) professores.

Com relação ao aspecto físico todas as salas possuem ventiladores, com exceção da sala de recurso que possui ar condicionado, uma sala de AEE com equipamentos que auxiliam no aprendizado da pessoa com deficiência intelectual, como por exemplo, livros educativos, jogos numéricos e entre outros. No local possui uma secretaria, um banheiro feminino e um banheiro masculino, um refeitório, uma sala para os professores, dez salas de aulas, uma quadra de esportes, uma área para estacionamento e um corredor amplo.

Na escola o seu quadro de professores são todos estaduais provisórios, onde todos os anos os professores passam por concurso e são recontratados. O recinto atende todas as pessoas da área urbana e rural do município. No local existem nove alunos com deficiência intelectual incluídos no ensino regular sendo atendidos no período da manhã, com a faixa etária de 7 a 10 anos. A sala de AEE (Atendimentos Educacional Especializado) atende os alunos no turno diurno ou em horários alternados.

4.2 Participantes

Nesta pesquisa participaram os 7 (sete) alunos com deficiência intelectual incluídos no ensino regular de uma escola estadual, 01 (uma) professora da sala do AEE e 3 (três) professoras da sala de aula.

4.3 Instrumentos

O instrumento utilizado nesta pesquisa foi o questionário, tanto para os profissionais como para os alunos. A escolha deste método deu-se pela facilidade de aplicação dos questionários. O questionário, segundo Gil (1999, p.128) pode ser definido:

“como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”.

Para que os questionários sejam aplicados são necessários os preenchimentos dos documentos para a liberação da pesquisa no recinto escolar. Já para o seu preenchimento não é necessário à identificação do entrevistado e o mesmo terá a garantia do sigilo total de todas as respostas que serão respondidas.

4.4 Procedimentos

No primeiro momento foi realizada a visita ao local onde foi feita a pesquisa, deixando claro o objetivo deste trabalho. Após este momento foi entregue os documentos para que a responsável da escola assinasse e a pesquisa ocorresse de modo legal.

No segundo momento foi realizada a elaboração dos questionários destinados aos professores e os alunos com deficiência intelectual, questionando os problemas que a escola pesquisa enfrenta com o processo de inclusão.

No terceiro momento foi agendada com os professores e com os alunos a data para a aplicação dos questionários. Depois de feita a aplicação dos mesmos na data marcada pela escola, foi feita a leitura dos dados coletados e a interpretação dos questionários.

4.5 Análises dos Dados

Com os dados coletados por meio dos questionários, foram organizadas e separadas respostas por grupos. Dentre os grupos procuramos termos ou ideias em comuns de modo a extrair categorias e subcategorias que respondessem os objetivos deste estudo. Nestas categorias foram abordadas as respostas das pessoas que participaram da aplicação de questionários e que vivenciaram o processo de inclusão, seja na sua prática profissional e na sua vida pessoal, como é o caso dos alunos que estão incluídos.

5. ANÁLISE E DISCURSÃO DE DADOS: AS PRINCIPAIS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS PROFESSORES E ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO PROCESSO DE INCLUSÃO

Os dados que serão apresentados no decorrer deste capítulo são frutos de uma pesquisa de campo realizada em uma escola estadual no município de Porto Acre – Ac, onde serão abordadas algumas questões referentes ao processo de inclusão dos alunos com deficiência intelectual no ensino regular. A pesquisa foi realizada nos meses de outubro e novembro de 2015, através de questionários respondidos por professores e alunos incluídos no ensino regular. O objetivo desta pesquisa de campo é analisar o processo de inclusão da pessoa com deficiência intelectual em uma escola pública do município de Porto Acre.

5.1 O Professor Docente e o Processo de Inclusão

No primeiro momento a aplicação dos questionários foi realizada com os professores da escola pública que atendem as crianças com deficiência intelectual em sala de aula.

De acordo com a tabela abaixo, iremos verificar o perfil dos professores que participaram da aplicação dos questionários e que fizeram parte desta pesquisa:

	Idade	Sexo	Área de Graduação	Modalidade do Curso	Seu ano de conclusão do curso	Quantos anos de regência no ensino regular	Nível em que atua
P1	45 anos	M	Letras em Português	Licenciatura	2012	25 anos	Ens. fund.
P2	51 anos	F	Pedagogia	Licenciatura (psicopedagogia)	2006	23 anos	Ens. fund.
P3	45 anos	F	Geografia	Licenciatura	2011	23 anos	Outro (AEE)
P4	37 anos	F	Pedagogia	Licenciatura	2000	16 anos	Ens, fund e EJA

a) O professor e sua formação para o processo de inclusão escolar

Mediante a análise dos dados coletados, foi possível observar que a metade dos professores pesquisados não teve acesso à formação continuada para atuarem com os alunos incluídos em suas salas de aulas.

O profissional P4 em sua fala nos relata que: “Sim, serviu como um instrumento facilitador para a compreensão de fatos ocorridos em sala de aula”. Isto nos mostra que a

formação continuada é fundamental para que o professor possa trabalhar com a criança com deficiência intelectual e entender o outro lado da inclusão.

Diante das respostas dadas podemos dizer que o trabalho com a educação continuada vem sendo realizada, mas de forma lenta e inadequada para o processo de inclusão, já que este processo educacional a cada dia vem ganhando mais repercussão no meio dos profissionais da educação e da sociedade em geral.

De acordo com Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no seu artº 63 § III, nos diz que:

Art.º 63 – Os institutos superiores de educação manterão:
III – Programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.

Tendo em vista a lei acima, podemos dizer que a formação continuada era para ser incluída em toda grande curricular, já que todos os profissionais da educação necessita ter este tipo de formação para atender melhor a criança com deficiência intelectual.

A qualificação do professor para o processo de inclusão da pessoa com deficiência é de extrema importância para que a escola em geral e todas as pessoas envolvidas nos processos de inclusão tenha instrumentos de trabalho que interfira no desenvolvimento da criança no recinto escolar.

b) A inclusão de pessoas com Deficiência Intelectual e as percepções dos professores

De acordo com a análise de dados, foi possível identificar que todos os professores pesquisados tem aceitado a inclusão da pessoa com deficiência intelectual, mesmo tendo um número elevado de alunos com DI dentro de sala de aula, fazendo com que a pessoa com deficiência intelectual não tenha a atenção do professor igual aos alunos sem deficiência.

Diante do exposto, o professor P4 nos relata exatamente este número elevado de alunos em sala de aula:

É complicado devido ao grande número de alunos em sala de aula, pois a inclusão precisa de uma atenção diferenciada de forma que o aluno não perceba esta atenção, isto que temos que mostrar para ele que na sala é igual aos outros (P4).

Mediante isto sabemos que o compromisso do professor com o aluno é o principal relacionamento que o profissional pode ter independente dos mesmos ter algum tipo de deficiência ou não. O compromisso de criar uma escola inclusiva não é somente do

profissional, mas também da escola como um todo. A competência já faz da pessoa um profissional de qualidade, tendo comprometimento de ser mais que um professor quando necessário.

A figura do professor para muitos alunos remete receio, e isto só mudará depois que o profissional conviver com a sala em geral, após este processo de acolhimento o trabalho se torna mais fácil, pois o aluno ganha confiança e segurança no profissional.

A educação inclusiva é acima de tudo um direito humano e universal, onde prega que todas as crianças com deficiência necessitam estar incluída no ensino regular, mas independente de tudo a educação precisa ser de qualidade e acessível para todos, não adianta a criança com deficiência intelectual está incluída no ensino regular e não ter a atenção necessária, e nos dias de hoje está vem sendo a grande discussão nos congressos e conferência sobre a inclusão da pessoa com deficiência intelectual; e com esta pesquisa pude ver esta realidade mais de perto.

Diante da análise de dados, foi possível verificar durante a pesquisa que todos os professores pesquisados acreditam que seja possível a criança com deficiência ser incluída no ensino regular, lógico que tem algumas ressalvas, como comenta o professor P2 “Possível é, mas é preciso preparação geral na escola para receber as pessoas com DI”. A partir desse comentário podemos dizer que todo o recinto escolar precisa está preparado para receber a pessoa com deficiência, e isto envolve tanto o professor como também os demais funcionários.

Porém algumas barreiras foram questionadas pelos professores pesquisados, como por exemplo, a reação dos alunos sem deficiência com a chegada dos alunos com deficiência intelectual. Mediante o questionamento foi analisado que metade dos alunos sem deficiência recebeu de forma acolhedora a pessoa com deficiência. De acordo com a resposta dos profissionais P2, P3, P4:

No começo o relacionamento fica difícil porque os demais alunos não estão preparados para a situação, mas acabam se acostumando (P2).

Percebo que ainda tem rejeição por parte dos colegas de classe, mas já melhorou, pois tem uns colegas que os protege (P3).

Na sala de aula que estou este ano, observei que os educandos tratam as pessoas com deficiência intelectual como se fosse uma criança de colo que necessita de cuidados e maior atenção (P4).

De acordo com a resposta dos mesmos podemos dizer que os alunos sem deficiência ainda precisam ser trabalhados para que esta situação venha mudar e que a pessoa com deficiência venha ser aceita como se fosse qualquer outro aluno. Sabemos que eles têm suas limitações, mas a pessoa com deficiência intelectual é uma pessoa como qualquer outra e

precisa ser respeitado. E neste momento cabe à família conversar com seus filhos e ao professor ter um diálogo com os demais alunos, mostrando nesta conversa que a pessoa com DI pode ser uma pessoa especial e ter suas limitações, mas que também tem direito a educação como todos eles têm.

É importante ressaltar de acordo com a Declaração de Salamanca “Todas as crianças, de ambos os sexos, tem direito fundamental à educação”. Neste caso é importante ser identificada a necessidade de aprendizagem de cada aluno para que a criança com deficiência intelectual seja incluído em uma sala de aula em que vá suprir as suas necessidades, fazendo com que o mesmo venha conseguir ser incluído de forma devida na sala de aula.

Durante a aplicação do questionário um professor se omitiu a responder a questão proposta, no que pude verificar o mesmo se sentiu a vontade em responder a devida questão, pois a escola ainda passa por algumas falhas com relação a inclusão da pessoa com deficiência intelectual.

c) Adaptação da escola

Em meio à pesquisa realizada, podemos dizer que a metade dos professores acha que a escola em que trabalha está adaptada para receber a criança com deficiência intelectual, mas falta a capacitação dos professores e a ajuda do município para que a escola esteja cada dia mais envolvida no processo inclusivo.

Segundo a Declaração de Salamanca 10 de junho de 1994 nos dizem a respeito da estrutura que:

O princípio que orienta esta estrutura é o de que a escola deveria acomodar todas as crianças independente das suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. [...] No contexto desta estrutura, o termo “necessidades educacionais especiais” refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas as necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiência ou dificuldade de aprendizagem. [...] o desafio que confronta a escola inclusiva é no que diz respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança e capaz de bem sucedidamente educar todas as crianças, incluindo aquelas que possuem desvantagens severas (BRASIL, 1994, p. 3).

De acordo com a lei acima podemos falar que as escolas precisam estar adaptadas para receber as pessoas com deficiência independente de qual seja, e isso nos remete a nos lembrar de que nenhuma escola está estruturada da forma da lei, fazendo com que alguns paradigmas já sejam quebrados.

d) Capacitação dos professores

Em meio à pesquisa realizada, podemos afirmar que a maioria dos professores não está capacitada para o processo de inclusão. A todo o momento, os profissionais relataram a falta de capacitação e preparo para o acolhimento da criança com deficiência intelectual no ensino regular.

De acordo com a Declaração de Salamanca de 10 de junho de 1994 no seu art.º 38 nos relata que:

Artº 38 – Preparação apropriada de todos os educadores constitui-se um fator chave na promoção de progresso no sentido no estabelecimento de escolas inclusivas. As seguintes ações poderiam ser tomadas. Além disso, a importância do recrutamento de professores que possam servir como modelo para crianças portadoras de deficiência torna-se cada vez mais reconhecida (BRASIL, 1994, p. 9).

Mediante ao que pode ser analisado durante a pesquisa é que o maior desafio dos professores em meio ao processo de inclusão é o despreparo do profissional, isso se reflete nas bases da educação, envolvendo a formação dos professores, o preparo deve iniciar-se com a formação pedagógica, desencadeando nas grades curriculares algumas alterações necessárias, no qual a educação inclusiva deverá ser incorporada para que os futuros professores venham sair das faculdades já capacitados, sem precisar de uma especialização ou uma complementação.

A capacitação dos profissionais traz grandes benefícios não só para os professores em si, mas também para a criança incluída no ensino regular. Um profissional capacitado remete um entendimento maior sobre como trabalhar com a criança com deficiência intelectual em sala de aula, podendo assim dar um amparo maior e auxiliá-lo.

Durante a análise, um professor se omitiu a responder a questão, no que se pode verificar na demonstração de sentimento de constrangimento diante da pergunta proposta.

e) Iniciativas para processo de inclusão

Diante da pesquisa os professores relatam que as iniciativas da escola vêm ajudando-os no processo de inclusão, pois os trabalhos nas salas de recursos, os estudos de casos, os materiais lúdicos e os trabalhos em grupos vêm auxiliando muito na aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual.

Segundo a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, no seu artº 59 §3 diz:

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração destes educandos nas classes comuns (BRASIL. 1996, p. 13).

O trabalho na sala de recurso vem trazendo benefícios para a pessoa com deficiência e também auxilia o trabalho do professor que algumas vezes não sabe como agir com criança com deficiência dentro de sala de aula. O profissional da sala de recurso tem como estratégia o estudo de caso, auxiliando o professor a trabalhar com o aluno, buscando aprender iniciativas para envolvê-lo nas atividades e fazer com que haja integração.

f) As dificuldades dos alunos com DI incluídos no ensino regular

Em paralelo a pesquisa realizada com os professores de uma escola estadual também ocorreu à aplicação de questionários dos alunos com deficiência intelectual incluídos no ensino regular. Tendo em vista que todos os alunos não conheciam as letras para responder os devidos questionamentos, eu como pesquisadora auxiliei-os na escrita, copiando o que eles relatavam. A aplicação ocorreu com 07 (sete) alunos com DI e foram verificadas quais as dificuldades que os alunos enfrentam com o processo de inclusão.

Podemos dizer que uma das dificuldades relatadas pelos alunos é o preconceito que existe pelos alunos sem deficiência. Dos sete alunos pesquisados, quatro afirmaram que sofreram algum tipo de preconceito assim que entraram na escola, sendo chamados de alguns apelidos pejorativos e sofrendo perseguições. Em alguns casos, os alunos com DI ainda sofrem preconceito dos colegas de classe, e isto faz com que dificulte o convívio entre os mesmos e a aprendizagem do aluno.

Diante do que foi dito, pode-se dizer que ainda existe o preconceito escolar dos alunos sem deficiência com as crianças com deficiência, mas isso acontece porque a criança não tem um conhecimento maior sobre a inclusão.

Outro questionamento feito aos alunos em minha análise é o relacionamento da criança com deficiência intelectual com o seu professor. Dos sete alunos pesquisados, seis responderam que o relacionamento é bom e que recebe a devida atenção com ajuda nas dificuldades.

Mediante das respostas pode-se dizer que embora os professores tenham destacado em suas respostas o número elevado de alunos em sala de aula, eles estão conseguindo dar a atenção devida aos alunos com deficiência intelectual e aos alunos sem deficiência. O trabalho de convivência, dedicação e competência com os alunos em geral vem sendo

atendido pela maioria dos alunos, isso mostra o comprometimento dos professores pelo seu trabalho e pelos seus alunos.

Durante a análise, os alunos foram questionados se estão aprendendo nesse tempo em que estão incluídos em sala de aula. Dos sete entrevistados, quatro responderam que aprenderam um pouco; como por exemplo, algumas letras, a ler algumas frases e entre outras coisas. Já os outros três alunos questionados relataram que não aprenderam por ser difícil e pelo barulho, fazendo com que não conseguissem se concentrar no que estava sendo estudado dentro de sala de aula.

Pode-se dizer mediante as resposta que mesmo com as dificuldades existentes no processo de inclusão, os alunos com DI tem conseguido aprender e os resultados vêm sendo visíveis na sala de aula.

A dificuldade de aprendizado é evidente no recinto escolar, onde os demais alunos conseguem aprender de forma mais rápida e eficaz. Por este motivo é discutido a presença de outro profissional da educação na sala de aula, para que possam trabalhar somente com a criança com deficiência intelectual, dando assim mais atenção e auxiliando quando necessário.

Não podemos deixar de ressaltar a importância que as salas de recursos têm no recinto escolar durante o processo de inclusão, pois são vistas como um complemento escolar para a aprendizagem do aluno com DI. Essa rede de apoio é fundamental para que o professor de sala de aula e o professor da sala de recursos tenham um diálogo e busque mecanismos para a aprendizagem do aluno com DI. Nestes casos, esta estratégia de ensino está dando certo, pois os alunos com deficiência intelectual vêm conseguindo desenvolver a sua aprendizagem em sala de aula.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho tem como objetivo geral analisar o processo de inclusão da criança com deficiência intelectual no ensino regular, já os seus objetivos específicos eram identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos alunos no processo de inclusão, verificar a proposta da escola para o processo inclusivo, analisar como está sendo a capacitação dos professores e por fim verificar quais são os desafios dos professores no processo de inclusão.

Mediante ao exposto acima a inclusão no ensino regular é uma forma de inserir a pessoa com deficiência intelectual ao convívio social sem preconceito. No entanto, alguns profissionais questionam sobre a falta de capacitação, pois grande parte dos professores e funcionários em geral não está sendo capacitados para o acolhimento das crianças com DI, o que vem dificultando o trabalho e o desenvolvimento da criança incluída.

Após o trabalho de pesquisa com os professores, foi verificado que alguns profissionais não estão devidamente capacitados para trabalhar com diversos tipos de deficiências, principalmente quando se diz respeito às deficiências intelectuais, mas os profissionais estão trabalhando e exercendo o direito de inclusão destas crianças com DI. No decorrer da pesquisa com os alunos, observamos que o preconceito existe no meio escolar, mas que através da inclusão no ensino regular vários paradigmas foram quebrados, e o que antes era considerado como impossível de acontecer, agora esta acontecendo e tendo bons resultados.

Durante a aplicação dos questionários, os professores relataram que o processo de inclusão é uma lei que integra e inclui parte de uma sociedade que há muito tempo se sentia excluída de toda sociedade em geral, mas que ainda existe muita coisa que não convém ao processo de inclusão, pois o grande desafio dos professores é atender e dar atenção às crianças com DI em uma sala de aula com um grande número de alunos sem deficiência. Este é o grande fator da inclusão até hoje não ter bons resultados de forma emergencial. Por este motivo a criança com DI estão incluídas dentro de sala de aula, mas não estão tendo o resultado de aprendizagem esperado.

De acordo com o objetivo do trabalho, podemos dizer que o processo de inclusão desta escola do município de Porto Acre está sendo positivo. Mesmo sem a formação devida a professores e a funcionários em geral, os alunos com DI vêm evoluindo dando bons resultados. Há auxílio da sala de recurso onde o aluno frequenta no horário oposto ao que estuda e tira as suas dúvidas. Este trabalho de suporte que a sala de AEE oferece é fundamental para que o trabalho do professor em sala de aula tenha bons resultados. Mesmo

com as dificuldades dos profissionais, como por exemplo, a capacitação dos professores, a busca de materiais pedagógicos e entre outros, o processo de inclusão vem conseguindo ganhar corpo e dar resultados satisfatórios.

O grande desafio do professor é trabalhar com a criança com DI sem ter aprendido a lidar com esse tipo de demanda, pois após alguns anos as escolas se viram obrigadas aceitar a criança com deficiência intelectual e os professores tiveram que aprender a trabalhar com os pais e as crianças com DI.

Sabemos que nem todos os alunos com deficiência intelectual incluídos no ensino regular estão aptos de acompanhar os demais alunos sem deficiência, pois dependendo do grau de deficiência da criança o aprendizado dificulta na sua adaptação, fazendo com que a inclusão da criança com deficiência intelectual seja feita de forma de socialização ou de forma marginalizada.

Concluí com este trabalho que a inclusão possui seus pontos positivos e negativos. Nem todas as crianças com deficiências intelectuais consideradas graves ou gravíssimas estão preparadas para estarem incluídas no ensino regular, pois este tipo de deficiência precisa de um atendimento especializado e um acompanhamento contínuo. Sabemos que não adianta ter um aluno incluído de forma inadequada para apenas cumprir uma lei, temos que observar primeiramente as suas necessidades e a sua capacidade.

A lei de 11 de setembro de 2001, Conselho Nacional de Educação, em sua resolução nº 2 estabelece as Diretrizes Básicas para Educação Especial na Educação Básica, defendendo as escolas inclusivas, mas admite que seja de extrema necessidade que a pessoa com deficiência grave ou gravíssima tenha um atendimento diferenciado do sistema regular, além das escolas e classes especiais.

Vimos durante todo o trabalho que a inclusão vem crescendo e ganhando mais conjuntura no recinto escolar. É um assunto que nunca deixará de ser debatido entre a sociedade e os governantes, pois o processo de inclusão irá sempre precisar passar por mudanças no seu contexto. Como é dito no título do trabalho, ele é um processo, em que sempre buscará novas pesquisas seja no âmbito escolar ou no mercado trabalho. O importante é que a inclusão da pessoa com deficiência intelectual vem ganhando mais ênfase no seu desenvolvimento. Sabemos que nos dias de hoje novas leis são implementadas sobre este assunto, novos livros são lançados e surgem novos artigos e monografias; provocando assim, um maior número de pessoa interessadas no assunto e o processo de inclusão ganha mais força. Podemos dizer que já há um grande espaço conquistado, mas ainda temos muito que caminhar para que o processo de inclusão tenha uma teoria coerente com sua prática, e que

todas as pessoas com deficiência intelectual incluídas no ensino regular tenham seu lugar dentro de sala de aula garantido.

Acreditamos que para existir uma inclusão de forma coerente e eficiente todos os profissionais e a sociedade em geral devem estar comprometidos com a filosofia inclusiva, assim o professor comprometido com o aluno com deficiência irá estimulá-lo, levando-o a utilização do seu potencial.

7. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M.L. **A inclusão dos deficientes intelectuais no ensino regular.**/Josiane da Silva Souza e Mariana Lima de Albuquerque. Rio Branco – 2011. 81f; 30cm.

ÁRIES, P. (1975). **A história social da criança e da família.** Rio de Janeiro: LTC,1981.

BANKS-LEITE, L.&GALVÃO, I. (Orgs.) **Educação em um Selvagem – experiências pedagógicas de Jean Itard.** São Paulo: Cortez, 2001.

BEYER, Hugo Otto.**Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais.** Porto Alegre: Mediação, 2005

BRASIL. **Constituição.** Brasília: Senado Federal; 1988.

_____. Declaração de Salamanca, **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.** Brasília: Senado Federal; 10 de junho de 1994.

_____. **LEI Nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília: Senado Federal; 1996.

_____.**Declaração dos Direitos dos Deficientes Mental.** Brasília: Senado Federal; 1975.

_____. **Lei nº 7.853.** Brasília: Senado Federal, 1989.

_____. **Emenda 1.793.** Brasília: Senado Federal. 1994.

_____. **Lei nº 10.172. Plano Nacional de Educação.** Brasília: Senado Federal; 2001.

_____. **Cartilha do MEC: O Acesso de alunos com deficiência as escolas e classes comuns das redes regulares.** Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Brasília, 2004.

CAMPOS, B. P. **Políticas de formação de profissionais de ensino em escolas autônomas.** Porto: Afrontamento, 2002.

CARDOSO, M. S. *Aspectos Históricos da Educação Especial: Da exclusão a inclusão – Uma longa caminhada.* **Educação Especial: em direção a Educação Inclusiva.**/ Organizadores Claus Dieter Stobäus, Juan José Mourino Mosquera. – 2, ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

CARNEIRO, M. A. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns: possibilidades e limitações/** Moaci Alves Carneiro. 3. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

CORRER, R. **Deficiência e inclusão social: construindo uma nova comunidade/** Rinaldo Correr. - -Bauru, SP: EDUSC, 2003.

Direitos Humanos: capacitação de educadores / Maria de Nazaré Tavares Zenaide, et al. – João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2008.

1. Educação 2. Direitos Humanos. I. Zenaide, Maria de Nazaré Tavares (Org.). II. Silveira, Rosa Maria Godoy (Org.). III. Dias, Adelaide Alves (Org.). IV. Título.

Manual de Diagnóstico e Prática Profissional em Retardo Mental da Associação Americana de Psicologia (APA).

Trata-se da definição da AAMR de 2002, traduzida e publicada no Brasil em 2006.

FERREIRA, M. C. C.; FERREIRA, J. R. **Sobre inclusão, políticas públicas e práticas pedagógicas**. GOES, M. C. R. de; LAPLANE, A. L. F. de. **Políticas e práticas de educação inclusiva**. Campinas: Autores Associados, 2004.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GLAT, R. **Somos iguais a você: depoimento de mulheres com deficiência mental**. Rio de Janeiro: Agir, 1989.

Módulo III: Educação Inclusiva./Amaralina Miranda de Souza, Fátima Lucília Vidal Rodrigues. – Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

PALOMBA, G.A. **Tratado de psiquiatria forense**. São Paulo. Atheneu, 2003.

POSTEL, J. & QUÉTEL, C. (Orgs.) **História de la psiquiatria**. Cidade do México: Fundo de Cultura Econômica, 1987.

PRIOSTE, C.; R. D; MACHADO, M. L. G. **Dez Questões sobre a educação inclusiva da pessoa com deficiência mental**. São Paulo: Avercamp, 2006.

RODRIGUES, D. **Dez idéias (Mal) feitas sobre a educação inclusiva**. São Paulo. Summus Editorial, 2006.

SANTOS, M.P. **Perspectiva histórica do movimento integracionista na Europa**. Revista Brasileira de Educação Especial, v.2, n.3, p. 21-29, 1995.

SENAC. DN. **Transversalidade e Inclusão: desafios para o educador** / Rosane Carneiro; Nely WyseAbaurre; Mônica Armon Serrão et al. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2003. 208 p. (Didática para Educação Profissional).

STAINBACK,S.& STAINBACK. **Inclusão – um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/dec_def.txt – Pesquisado 05/12/2015 as 09:40.

http://site1.uniformg.edu.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3599 – Pesquisado 05/12/2015 as 10:50.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário de Pesquisa para Professores



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde – PGPDS

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA PARA OS PROFESSORES

Prezado(a) Professor(a),

É um prazer entrar em contato com você para realização desta pesquisa, onde pretendo levantar dados sobre a situação do processo de inclusão da pessoa com deficiência intelectual no ensino regular em nossas escolas nos dias atuais. Ressalto que o sigilo será mantido, portanto, não precisa que se identifique. O objetivo deste questionário é analisar como esta sendo o processo inclusivo no município de Porto Acre, esta pesquisa que realizo é para a conclusão do meu curso de especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. Conto com a sua colaboração, sem a qual não poderei realizar esse estudo.

I. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO(A) PROFESSOR(A):

1) Idade: _____

2) Sexo: () M () F

3) Área de formação na graduação: _____

4) Modalidade de curso de graduação: _____

() Licenciatura () Bacharelado () Outro

5) Seu ano de conclusão na graduação: _____

8) Quantos anos de regência no ensino regular? _____

9) Nível em que atua:

() E.Fundamental () E. Médio () EJA () Outro

II. ATUAÇÃO DO(A) PROFESSOR(A) NO PROCESSO DE INCLUSÃO NO ENSINO REGULAR

- 01- Você teve acesso a formação continuada atuação na educação especial? Foi significativo para sua formação/atuação como professor?
- 02- Como você percebe o processo de inclusão da pessoa com deficiência intelectual no ensino regular, em sua escola?
- 03- Você acredita que é possível a pessoa com deficiência intelectual ser incluído no ensino regular? Por que?
- 04- Como você percebe o relacionamento da pessoa com deficiência intelectual com os demais alunos da escola? Fale sobre esta percepção.
- 05- Sua escola está adaptada para receber alunos com deficiência intelectual? Por que?
- 06- Você se sente capacitado(a) para receber a pessoa com deficiência intelectual no ensino regular? Por que?
- 07- Quais as maiores dificuldades de professores no processo de inclusão no ensino regular? Fale sobre as mesmas, por favor.
- 08- Você acha que com o processo de inclusão ganhando mais repercussão, os cursos de capacitação estão sendo mais eficazes? Por que?
- 09- Quais as estratégias que promovem a inclusão de alunos DI percebidas em sua escola?
- 10- Enquanto professor, cite iniciativas suas que promovem ou promoveram a inclusão de alunos DI, em sua sala de aula/escola.

*Obrigada por sua participação,
Assistente Social Mariana Lima de Albuquerque*

APÊNDICE B - Questionários para os Alunos com Deficiência Intelectual Incluídos no Ensino Regular



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

QUESTIONÁRIOS PARA OS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL INCLUIDOS NO ENSINO REGULAR

1. Você gosta de vim para a escola? Por que?
2. Você tem amigos na escola?
3. Assim que entrou na escola você sofreu algum tipo de preconceito? Fale sobre ele?
4. Você acha que aprendeu neste tempo que esta na escola regular? O que?
5. O que você acha do seu professor?
6. Você gosta de estar incluído na escola regular como os demais alunos? Por que?
7. Você acha que tem a atenção necessária dentro da sala de aula? Por que?

ANEXOS

ANEXO A - Aceite Institucional



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Aceite Institucional

O (A) Sr./Sra. _____ (*nome completo do responsável pela instituição*),
 da _____ (*nome da instituição*) está de acordo com a realização da pesquisa
 _____,
 de responsabilidade do(a) pesquisador(a) _____,
 aluna do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar no Instituto de
 Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano da Universidade de
 Brasília, realizado sob orientação da Prof. Doutor/Mestre. _____.

O estudo envolve a realização de _____ (*entrevistas,
 observações e filmagens etc*) do atendimento _____ (*local na
 instituição a ser pesquisado*) com _____ (*participantes da pesquisa*). A
 pesquisa terá a duração de _____ (*tempo de duração em dias*), com previsão de início em _____ e
 término em _____.

Eu, _____ (*nome completo do responsável pela
 instituição*), _____ (*cargo do(a) responsável do(a) nome completo da
 instituição onde os dados serão coletados*), declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em
 especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidade como instituição
 coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos
 sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e
 bem-estar.

_____ (local), ____/____/____ (data).

 Nome do (a) responsável pela instituição

 Assinatura e carimbo do(a) responsável pela instituição

ANEXO B – Carta de Apresentação



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Da: Universidade de Brasília– UnB/Universidade Aberta do Brasil – UAB

Polo: _____

Para: o(a): Ilmo(a). Sr(a). Diretor(a) _____

Instituição: _____

Carta de Apresentação

Senhor (a), Diretor (a),

Estamos apresentando a V. S^a o(a) cursista pós-graduando(a) _____ que está em processo de realização do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com professores, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desse trabalho tem como objetivo a formação continuada dos professores e profissionais da educação, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Desde já agradecemos e nos colocamos a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos no telefone: (061) 3107-6911.

Atenciosamente,

 Coordenador(a) do Polo ou Professor(a)-Tutor(a) Presencial

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar: **Prof^a Dr^a Diva Albuquerque Maciel**

ANEXO C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Pais ou Responsáveis)



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores Pais ou Responsáveis,

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre **O PROCESSO DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO ENSINO REGULAR**. Assim, gostaria de solicitar sua autorização para que seu(sua) filho(a) participe do estudo.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas e questionários (*explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.*)

Esclareço que a participação de seu(sua) filho(a) no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Seu(sua) filho(a) poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que a identificação seu(sua) filho(a) não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes da participação na pesquisa, tais como _____ (*explicitar instrumentos de coleta de dados*), ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone (68) 9902-7939 ou no endereço eletrônico naninhaal_1@hotmail.com. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Pai/Responsável pelo Aluno

Nome do Pai/Responsável: _____

Nome do Aluno: _____

E-mail(opcional): _____

ANEXO D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Professor)



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor(a) Professor(a),

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre **O PROCESSO DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO ENSINO REGULAR**. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas e questionários (*explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.*)

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como entrevistas (*explicitar instrumentos de coleta de dados*), ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone (68) 9902-7939 ou no endereço eletrônico naninhaal_1@hotmail.com. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Professor

Nome do Professor: _____

E-mail(opcional): _____